

## **MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

### **MS 108 – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (IC) Turma A**

#### **FICHA DE UNIDADE CURRICULAR**

#### **1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor Frederico da Costa Pinto

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º ciclo

Semestre: 2.º

ECTS: 10

Horas de contacto: 15

Contacto do docente: [fcostapinto@fd.unl.pt](mailto:fcostapinto@fd.unl.pt)

Horário: 18:00-21:00

#### **2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR**

A disciplina de Investigação Criminal visa proporcionar aos estudantes o conhecimento do enquadramento jurídico e dos limites da atividade da investigação criminal, como tarefa fundamental para a análise da imputação de responsabilidade e para a aplicação prática do Direito Penal. A sua apresentação será feita não apenas numa lógica normativa, de explicitar as regras que conduzem essa actividade (aspecto essencial de que depende a legalidade do processo), mas também considerando as técnicas e meios existentes para a levar a cabo de um modo eficaz, incluindo o recurso às novas tecnologias e os problemas jurídicos daí decorrentes.

### 3 – PROGRAMA

- 1. Estado Constitucional e Justiça Penal**
  - a. Constituição material e justiça penal
  - b. As funções do Estado e a justiça
  - c. Os Tribunais, o Ministério Público e as polícias na Constituição
  - d. A investigação criminal e o modelo constitucional de justiça
  
- 2. Investigação criminal e órgãos de polícia criminal**
  - a. Investigação criminal: traços fundamentais
  - b. Órgãos de polícia criminal: conceito, estatuto e função
  - c. Articulação entre o MP e os OPC na investigação criminal
  - d. O estatuto do JIC na investigação criminal
  - e. Acções de prevenção, tratamento de informações e investigação criminal
  
- 3. As fases do processo penal e o segredo de justiça**
  - a. A estrutura acusatória e o modelo constitucional de processo penal
  - b. O segredo de justiça: conteúdo e significado
  - c. O modelo misto de processo e o regime do segredo de justiça
  - d. A avaliação do regime vigente: a auditoria da PGR
  - e. Segredo de justiça, investigação e prazos
  - f. Desenvolvimentos judiciais sobre questões controvertidas
  
- 4. Criminalística e criminalidade organizada**
  - a. Os desafios da criminalidade organizada aos sistemas penais
  - b. Medidas de combate ao crime organizado
  - c. Técnicas de investigação e prova criminal
  - d. Informadores, infiltrados e agentes encobertos
  - e. Métodos ocultos de vigilância informática e electrónica
  - f. Colaboração processual e delação premiada
  
- 5. Legalidade e provas proibidas em processo penal**
  - a. A essencialidade das provas e a tramitação do processo
  - b. Liberdade e legalidade da prova em processo penal
  - c. Meios de prova e meios de obtenção da prova
  - d. Limites constitucionais ao regime da prova
  - e. Provas proibidas: conceito e modalidades
  - f. Regime e efeitos das provas proibidas

### 4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Exame escrito, podendo ser substituído por relatório escrito original, com um tema adequado a determinar com o regente da disciplina.

## 5. Bibliografia

- AAVV, *Estudos de Direito e Segurança* (org. de Jorge Bacelar Gouveia): I vol, Almedina, Coimbra, 2007; II vol., Almedina, Coimbra, 2012
- AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coord. de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015
- Frederico de Lacerda da Costa Pinto, *Direito Processual Penal*, Lisboa: AAFDL, 1998
- «Depoimento indirecto, legalidade da prova e direito de defesa», in *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, vol. III, Coimbra: Coimbra Editora, 2010, p. 1041-1088
- Germano Marques da Silva, *Direito Processual Penal Português*, vol. I, Lisboa: UCE, 2013; *Curso de Processo Penal*, Vol. II, 5ª ed., Verbo, Lisboa: Verbo, 2011; *Direito Processual Penal Português*, Vol. III, Lisboa: UCE, 2014
- Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Constitucional*, II, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2016
- Jorge de Figueiredo Dias, *Direito Processual Penal*, I, Coimbra Editora, Coimbra, 1974
- José Braz, *Ciência, Tecnologia e Investigação Criminal*, Almedina, Coimbra, 2015
- José Manuel Damião da Cunha - «Dos meios de obtenção de prova face à autonomia técnica e tática dos órgãos de polícia criminal», in II Congresso de Processo Penal, Coimbra: Almedina, 2006, pág. 61 a 79
- Medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira. A lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro, Porto; UCE, 2017
- Manuel da Costa Andrade - «Métodos ocultos de investigação (Pläydoyer para uma teoria geral)», in AAVV, *Que futuro para o Direito Processual Penal?* Coimbra: Coimbra Editora, 2009, p. 525 e ss;
- *Sobre as proibições de prova em Processo Penal*, Coimbra: Coimbra Editora, 1992.
- Maria João Antunes, *Direito Processual Penal*, Coimbra: Almedina, 2017.
- Maria J. Pinheiro – *As Ciências Forenses e o Sistema de Justiça*, Pactor/Lidel, 2013.
- Paulo de Sousa Mendes – *Lições de Direito Processual Penal*, Coimbra: Almedina, 2013 (reimpressão 2017)
- Stefano Ruggeri, *Liberty and Security in Europe: A Comparative Analysis of Pre-trial Precautionary Measures in Criminal Proceedings*, V&R unipress GmbH (2012)

Susana Aires de Sousa - «Agent provocateur e meios enganosos de prova. Algumas reflexões», in *Liber Discipulorum para Jorge Figueiredo Dias*, Coimbra: Coimbra Editora, 2003, pág. 1207 a 1235

Teresa Pizarro Belezã / Frederico de Lacerda da Costa Pinto (coord.), *Prova criminal e direito de defesa*, Coimbra: Almedina, 2010 (5.ª reimpressão 2016);

---- «Criminal Procedure» in AAVV, *Portuguese Law. An Overview*, Coimbra: Almedina, 2007, p. 167-180;

---- «Segredo de justiça» e «Provas proibidas» e «Segredo de Justiça», in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (org. Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Coimbra: Almedina, 2015 p. 349- 353, p. 378-383.

## **6 – LEGISLAÇÃO**

**Constituição da República Portuguesa**

**Código Penal**

**Código de Processo Penal**

**Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, com as alterações da Lei n.º 57/2015)**

**Regime Jurídico das Perícias Médico-legais e Forenses (Lei nº 45/2004, de 19 de Agosto)**

**Regime Jurídico das acções encobertas (Lei n.º 101/2001, de 25 de Agosto)**

**Medidas de combate à corrupção e à criminalidade económico-financeira (Lei n.º 36/94 de 29 de setembro)**

**Brigadas anti-crime e unidades mistas de coordenação (Dec.-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril)**

**Bases de dados de perfis de ADN (Lei 5/2008, de 12 de Fevereiro, com as alterações da Lei n.º 90/2017)**

**Lei do Cibercrime (Lei n.º 109/2009, de 15 de Setembro)**

## **7 – JURISPRUDÊNCIA**

A indicar em cada tema.